

Informação da sociedade na sociedade da informação

Em tempos de globalização, muito se fala e se investiga sobre a dita sociedade da informação. Tanto na ciência como no senso comum, há um consenso de que estamos vivendo uma época marcada pela tecnologia e pelos meios e dispositivos técnicos de armazenamento e difusão da informação. Nesse mundo, o “*estar informado*”, “*ter informação*” torna-se, cada vez mais, uma categoria de análise social. Parece que um discurso hegemônico nos convence de que as pessoas valem quanto sabem, ou quanto se informam. Neste ponto, surge a primeira pergunta da Antropologia da Informação (AI), linha de pesquisa que sintoniza os diferentes trabalhos aqui reunidos: de que saber estamos falando? Qual é o conhecimento que, nesse momento, estamos valorizando? De que forma (re)configurar o conhecimento, a informação, a comunicação como valores de emancipação? Como introduzir na sociedade da informação, escolhas políticas, onde predominam a técnica e a economia?

O objetivo desta edição especial de *Perspectivas em Ciência da Informação* é trazer à tona essas reflexões. Aliando o campo de estudo da ciência da informação ao da comunicação, das ciências sociais e da saúde, desloca-se o olhar investigativo da *sociedade da informação* para a *informação da sociedade*. Esse questionamento transporta os atores sociais do simples papel de receptores e espectadores para o de sujeitos da informação e do conhecimento. Sujeitos produtores de um tipo de informação e conhecimento que sustenta o seu dia-a-dia, age sobre os micro-espacos e transforma a realidade.

A problemática do conhecimento sobre saúde nas redes sociais, um dos temas presentes neste fascículo, e que aproxima o campo da informação ao da educação popular, tem sua expressão nas novas formas de articular os saberes científico e popular – denominadas pelos atores sociais de *processos de construção compartilhada do conhecimento*. No caso da saúde, as fronteiras entre as duas formas de conhecimento são ainda mais imprecisas do que em outras esferas ou temas. Em primeiro lugar, devido às limitações do saber científico a respeito das causas das doenças e dos recursos terapêuticos para a sua cura e, em segundo, pelas múltiplas concepções do que se considera vida saudável na sociedade moderna.

Por outro lado, quando se pensa em saúde no nível das coletividades, a relevância do conhecimento popular manifestado pelos agentes sociais torna-se ainda maior para o avanço do conhecimento científico. Esses espaços de construção do conhecimento e de disputa em torno dos sentidos, formados no âmbito dos movimentos e redes sociais, são espaços políticos que funcionam, portanto, como motores da elaboração crítica, da pesquisa e da intervenção, e não puro reflexo da prática social. É esse conhecimento que fornece aos atores consciência sobre a ação.

Aprender como se opera a gestão do conhecimento em redes sociais organizadas exige a compreensão de que conhecer e agir, racionalidade e interesse, são partes interdependentes de um mesmo processo. As implicações desse entendimento para a teorização e a ação social são referidas nos artigos aqui reunidos, que buscam contribuir para uma maior compreensão dos processos de produção, organização, uso e apropriação dos conhecimentos

na sociedade, e ainda propor caminhos e metodologias para sistematizar e gerir o saber social, aquele ligado às práticas e experiências do cotidiano.

Nos últimos tempos e em diferentes domínios - universidades, organizações civis, esferas do poder público, organizações não-governamentais, empresas - e com as mudanças no mundo em suas dimensões políticas (o neoliberalismo), econômicas (o mercado), tecnológicas (as redes eletrônicas de comunicação), o saber social é cada vez mais valorizado como forma complementar dos saberes especializados para dar curso e influir na formulação e implantação das políticas públicas e para promover o diálogo entre diferentes formas de conhecer: a científica, a ancestral e popular, a que nasce da prática e da experiência.

Historicamente, diversos conflitos no âmbito da produção do conhecimento para direcionar as ações se fizeram presentes nas ações de intervenção social em países como o Brasil e os demais da América Latina. Eles residem principalmente na enorme distância entre o saber teórico e o saber prático e na visão dicotomizada que se estabeleceu no imaginário social referente às formas hierarquizadas da cultura: a erudita, a massiva, a popular.

Estudos mais recentes nos campos da sociologia do conhecimento, da informação, comunicação e cultura - os estudos de recepção (J. Martín-Barbero, G. Orozco), estudos culturais (F. Jameson, N. Garcia Canclini), a história cultural e os estudos das práticas de leitura e escrita (R. Chartier, C. Ginzburg, L. Hunt), a sociologia da cultura de P. Bourdieu - sinalizam para o fenômeno da circularidade da cultura, quando é levada em conta a perspectiva do sujeito da informação: o receptor, o leitor, o autor, o usuário, o mediador. A metáfora do *edifício cultural* - cultura erudita no andar de cima, cultura midiática no andar mediano e cultura popular no andar de baixo - cede lugar à metáfora da rede, em que diferentes formas simbólicas e materiais, teóricas e práticas reconfiguram a cada vez imagens do mundo e das possibilidades da sua transformação.

Outros autores ligados ao estudo e às práticas de intervenção social têm investido suas teorias e metodologias na compreensão de *como aprender com a prática*, extraindo dela o conhecimento necessário para apoiar as políticas públicas e promover o desenvolvimento da sociedade. Os autores denominam tais processos de *capitalização e sistematização de experiências*, um processo permanente e cumulativo de produção de conhecimentos a partir de experiências de intervenção em projetos sociais.

Extrair e sistematizar conhecimento a partir da prática social implica retomar antigas questões dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, como também incorporar novas questões que o contexto globalizado e tecnológico acrescenta à pauta de discussões dos movimentos e à sistematização das suas experiências e dos conhecimentos assim produzidos ao longo do tempo.

Uma antiga questão é a da relação teoria/prática ou ação/reflexão, que sempre esteve dicotomizada pela visão elitista e hierarquizada do conhecimento em nossas sociedades e pela ruptura epistemológica, operada pela ciência, entre razão e senso comum. Nos espaços das redes e da intervenção social, aponta-se para o lugar da informação na mediação entre tais pares dicotômicos, quando essa informação é considerada nos meandros da recepção e dos agentes.

Outra questão, ao mesmo tempo nova e antiga, é a da diferença, ou distância, entre prática e experiência. A primeira refere-se ao que realmente acontece no mundo vivido dos sujeitos sociais como o trabalho, o lazer, a interação. A segunda, a experiência, é a maneira como os atores vivem a ação, aprendem dela e com ela, o que pode levá-los a elaborar e compartilhar vivências.

Acrescenta-se ainda uma outra questão, dentre tantas que podem ser formuladas, que é a gestão da informação nos projetos e nas práticas de intervenção social. Sabe-se que a informação e a memória com dados para apoiar as decisões nas redes sociais existem em proporção inversa à do conhecimento produzido. Percebe-se a importância da gestão coletiva da informação para registrar, guardar, ordenar os dados gerados no decorrer dos projetos e ações. Novos parâmetros de gestão popular de informações e metodologias correspondentes necessitam ser construídos, levando em conta as peculiaridades e dinâmicas do conhecimento social, dentre elas: evitar o fechamento em sistemas, modelos e metodologias; não perder de vista os sujeitos, seus conhecimentos e experiências, o que leva a rever constantemente as categorias de entendimento e a pertinência dos dados e informações; entender que informação, nesse contexto, refere-se a perguntas e não a conceitos ou idéias já estabelecidos e aceitos. A área da saúde pública, por exemplo, tem merecido destaque, ao longo da história, na percepção da importância de se criarem esses novos modelos de gestão participativa com foco na informação.

A produção do conhecimento social requer a capacidade teórica e prática dos atores sociais para extrair e ler o que sai da experiência. Tais intentos são lidos na pesquisa acadêmica a partir da observação da forma mais universal de comunicação: o relato, que leva ao debate, à interação, à produção e compartilhamento do conhecimento e sua materialização informacional. O resultado do trabalho de interpretação realizado pelo pesquisador resulta mais em uma rede com pontos de reflexão que apontam caminhos do que em modelos e métodos que antecipam saídas.

Na base de todos os artigos que compõem este fascículo reside a preocupação com um tipo de informação que não se caracteriza por ser estoque, arquivo ou objeto estático e facilmente classificável, mas por estar presente na dinâmica das práticas sociais: *informação em movimento*. Os temas abordados circulam pelos campos da educação e cultura popular, da saúde, que constituem o solo histórico e político do conhecimento social, e de uma antropologia da informação que representa a contextualização desse conhecimento social nos ambientes da cultura informacional.

No artigo *Informação e educação popular – o conhecimento social no campo da saúde*, Marteleto e Valla estudam de que forma os agentes, grupos e entidades das redes de movimentos sociais constroem, nas suas práticas de intervenção, uma elaboração crítica sobre as formas de produção e distribuição do conhecimento sobre saúde. Apresentam e discutem os construtos teóricos e práticos *construção compartilhada do conhecimento* e *terceiro conhecimento*, empregados nos estudos da educação popular e saúde e antropologia da informação, seus focos e questões comuns.

A partir de uma perspectiva da relação entre profissionais de saúde, a população e o Estado, enquanto orientadores das políticas de saúde, o trabalho de Rosely Oliveira, *A construção do conhecimento nas práticas de educação em saúde: repensando a relação entre profissionais dos serviços e população*, discute como uma visão unilateral, que prega a existência de um único pólo legítimo de produção do conhecimento – a ciência, a academia, o governo –, orienta as práticas de saúde ao longo do tempo. Nessa visão, a população é considerada apenas como receptora de informações produzidas fora dos seus ambientes de vivência, cultura e adoecimento.

O artigo *Razão polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social*, de Inesita Araújo, apresenta três relatos para refletir sobre a idéia de que qualquer texto é formado por um conjunto de vozes e que os sentidos produzidos precisam

ser reiteradamente negociados na prática comunicativa. Desenvolve, como forma de operacionalizar essas idéias, o método de mobilização social, de Bernardo Toro, que estuda a intervenção social nos países da América Latina.

José Cláudio Barros analisa as possibilidades e os entraves da comunicação e da informação no âmbito dos conselhos deliberativos e paritários, entendidos no artigo *Aspectos comunicacionais e informacionais nas novas relações entre sociedade civil e Poder Público: o caso dos conselhos deliberativos de políticas públicas* como um novo espaço de luta e negociação entre atores da sociedade civil e do poder público estatal, que permite maior participação popular no processo decisório.

Ao tematizar a divulgação da ciência para um público não especializado, José Wellington de Araújo apresenta no artigo *Ciência e senso comum: a divulgação do conhecimento no campo da saúde* a discussão sobre os encontros e conflitos entre diferentes tipos de saberes. A proposta do trabalho, que faz uma crítica às atuais práticas de educação e comunicação em saúde, é discutir um tipo de divulgação científica que leve em conta a relação entre ciência e senso comum.

O artigo *Algo de ficção e realidade sobre a informação na sociedade da informação*, de Geni Chaves, discute as diferentes leituras que se realizam sobre a informação na sociedade da informação, por duas vertentes. De um lado, da avalanche de artefatos informacionais que são todo o tempo produzidos, reciclados, descartados, armazenados. De outro, dos meios de ordenação e seleção das informações que enquadram os usuários/decisores em esquemas e dispositivos que reduzem o seu grau de liberdade de escolha. É esse paradoxo da abundância e do controle que a autora se propõe a apresentar e discutir.

A partir da história e das ciências físicas e biológicas, o artigo *Olhar, conhecer, escrever: pequeno ensaio crítico sobre a ditadura da escrita*, de José Américo Lacerda Júnior, utiliza a metáfora do olhar para discutir a questão do conhecimento nas sociedades ocidentais. Em um texto que vai se apresentar ao leitor como uma grande narrativa, o autor discute a necessidade de se criarem novas metáforas para o conhecimento, que abram espaço para a valorização de outros saberes que não aqueles baseados no binômio leitura/escrita, herança da tradição iluminista.

O artigo de Gustavo Freire *O hipertexto como instrumento de informação em redes de comunicação* discute a utilização de artefatos técnicos que os humanos produzem ao longo da história para melhorar sua qualidade de vida. O hipertexto é apresentado como uma nova tecnologia que, mais do que organizar informações, pode e deve funcionar como meio de comunicação e construção de conhecimentos em diferentes contextos sociais.

Por fim, no artigo *Sociedade em rede*, Raquel Cardoso de Castro apresenta uma reflexão sobre o conceito de rede para indagar a respeito da dimensão das novas mídias eletrônicas na sociedade.

Esse conjunto de artigos, fruto de trabalhos de especialistas e seus grupos de pesquisa, teses e dissertações de pós-graduação, apontam caminhos teóricos, metodológicos e práticos para refletir sobre o conhecimento, a comunicação e a informação nos tempos e nos espaços das sociedades da informação. Se as questões de hoje parecem tão novas e desafiadoras, os instrumentos de pensamento continuam sendo aqueles que a nossa tradição científica, social e política acumulou e sedimentou, confrontados com os novos desafios que a realidade mundializada nos apresenta. Cabe então convidar os leitores a lerem esses trabalhos à luz da idéia de Lucien Sfez em seu livro *Crítica da comunicação*, que enfatiza a importância de se (re)inaugurar a *política do comentário* nas sociedades da informação e da comunicação.